

Purificação Nunes

De: Anabela Santos em nome de DAC Correio
Enviado: quarta-feira, 19 de Setembro de 2012 10:19
Para: Comissão 10ª - CSST XII
Assunto: FW: Apreciação Pública do Projeto Lei Nº 142/XII

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Divisão de Apoio às Comissões CSST Nº Único <u>442634</u> Entrada/Saida nº <u>66</u> Data <u>20.9.12</u>
--

De: noreply@ar.parlamento.pt [mailto:noreply@ar.parlamento.pt]
Enviada: quarta-feira, 12 de Setembro de 2012 19:27
Para: DAC Correio
Assunto: Apreciação Pública do Projeto Lei Nº 142/XII

Contributo para a Apreciação Pública do Projeto Lei Nº 142/XII

Diploma:	Projeto Lei
N.º:	142/XII
Identificação do sujeito ou entidade:	Elisio Estanque
Morada ou Sede:	Av Dias da Silva, 145
Local:	Coimbra
Código Postal:	3004-512 Coimbra
Endereço Eletrónico:	elisio.estanque@gmail.com
Texto do Contributo:	<p>A iniciativa de cidadãos do Projeto de Lei Contra a Precariedade merece a solidariedade e o apoio de todos os portugueses que, estando conscientes dos graves problemas sociais induzidos pela crescente subtração de direitos laborais e sociais, tenham a capacidade e a coragem de passar à ação, pela positiva, promovendo iniciativas destinadas a corrigir o retrocesso social a que o país vem assistindo nos tempos de austeridade em que vivemos. De início com a complacência da maioria, o governo PSD/CDS enveredou por uma caminhada agressiva e cada vez mais arrogante de retirada de direitos aos trabalhadores e aos cidadãos em geral. Com a intensificação de uma tal escalada e perante a ostensiva e injusta desigualdade na distribuição dos sacrifícios e dos privilégios crescem as desigualdades sociais. Enquanto os trabalhadores e as classes médias continuam a ser os principais visados, a minoria dos muito ricos tem sido poupada. Enquanto os assalariados vêm os seus rendimentos serem cortados acima dos 30%, o grande capital, a banca privada e os especuladores financeiros continuam a ser protegidos, mesmo os culpados de fraudes e crimes fiscais escandalosos. Se os direitos laborais constituem o requisito principal para uma sociedade coesa e justa; e se as políticas sociais são o primeiro passo para incluir os excluídos e carenciados, perante um quadro legal em retrocesso e um Estado social em risco de desmantelamento, em vez de uma sociedade democrática madura e avançada, poderemos em breve ver a fome, a miséria, o medo e a violência autoritária a espalharem-se no país e na Europa. O emprego, o trabalho digno e os seus direitos representaram nos últimos duzentos anos a base essencial de estruturação das democracias avançadas. Mas hoje, o aumento do desemprego e da precariedade podem abrir as portas a uma nova barbárie. O combate à precariedade, que esta iniciativa corporiza, constitui, portanto, um contributo fundamental dos seus promotores no exercício pleno da cidadania, exigindo dos representantes eleitos uma resposta que possa travar a mercadorização geral do trabalho assalariado e recuperar as conquistas democráticas que a democracia portuguesa e a sua Constituição consagraram.</p>
Data:	12-09-2012 19:27:02